

EDITAL DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 87/2023

MUNICÍPIO DE TAPEJARA/RS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
REGISTRO DE PREÇOS

Tipo de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM

Modo de Disputa: ABERTO E FECHADO

DA SESSÃO VIRTUAL DO PREGÃO ELETRÔNICO:

Dia: 16 DE OUTUBRO DE 2023

Horário: 08 HORAS E 30 MINUTOS (HORÁRIO DE BRASÍLIA/DF)

Endereço Virtual: www.portaldecompraspublicas.com.br

Envio de Propostas/Documentos: ATÉ ÀS 08H E 29MIN DO DIA 16 DE OUTUBRO DE 2023.

PARTICIPAÇÃO EXCLUSIVA DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE,

EVANIR WOLFF, Prefeito Municipal de Tapejara, Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, torna público, para o conhecimento dos interessados, que às **08 horas e 30 minutos, do dia 16 de outubro de 2023**, na sala de Licitações, localizada nas dependências do Centro Administrativo “Padre Raimundo Damin”, sito à Rua do Comércio, nº 1468, Centro, na cidade de Tapejara - RS se reunirão a Pregoeira e a equipe de apoio, designados pela Portaria nº 2121/2022, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação, para licitação na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO** do tipo **Menor Preço por item**, objetivando o **REGISTRO DE PREÇOS** para a **AQUISIÇÃO DE EPI'S** com entrega parcelada, dos bens descritos no Anexo I, de acordo com as necessidades do Município, processando-se essa licitação nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos Municipais nº 3.183/2006, de 13 de novembro de 2006 e nº 3.832, de 04 de Fevereiro de 2013, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/1993.

A sessão virtual do pregão eletrônico será realizada no seguinte endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br, no dia **16 de outubro de 2023**, às **08 horas e 30 minutos**, podendo as propostas e os documentos ser enviados até às **08he29min**, sendo que todas as referências de tempo observam o horário de Brasília.

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente licitação a aquisição de **AQUISIÇÃO DE EPI'S – DIVERSAS SECRETARIAS**, cujas descrições e condições de entrega estão detalhadas no Termo de Referência (Anexo I).

1.2. Os materiais licitados deverão ser entregues parceladamente, conforme ordem de fornecimento emitida pela Prefeitura Municipal de Tapejara. Emitida a ordem, o fornecedor terá até 10 dias para realizar a entrega, que deverá ser realizada no Almoxarifado Central da Prefeitura, cito a Rua Osvaldo Cruz, nº 323, Bairro São Paulo, Tapejara, RS, conforme previsto no contrato, em horário de expediente, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min.

2. CREDENCIAMENTO E PARTICIPAÇÃO DO CERTAME

2.1. Para participar do pregão, o licitante deverá se credenciar no Sistema “**PREGÃO ELETRÔNICO**” através do site www.portaldecompraspublicas.com.br.

2.1.1. O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

2.1.2. O credenciamento do licitante, junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

2.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade do licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Tapejara, promotor da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do licitante, além de credenciar-se previamente no sistema eletrônico utilizado no certame e de cumprir as regras do presente edital:

2.3.1. Responsabilizar-se formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assumir como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema

ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros;

2.3.2. Acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão;

2.3.3. Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso;

3. ENVIO DAS PROPOSTAS E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

3.1. As propostas e os documentos de habilitação deverão ser enviados exclusivamente por meio do sistema, até a data e horário estabelecidos no preâmbulo deste edital, observando os itens 4 e 5 deste Edital, e poderão ser retirados ou substituídos até a abertura da sessão pública.

3.2. O licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema, sendo que a falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções legais:

3.2.1 O cumprimento dos requisitos para a habilitação e a conformidade de sua proposta com as exigências do edital, como condição de participação;

3.2.2 O cumprimento dos requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte, microempreendedor individual, produtor rural pessoa física, agricultor familiar ou sociedade cooperativa de consumo, se for o caso, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido nos arts. 42 ao 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, como condição para aplicação do disposto nos itens 11.2, deste edital.

3.3. Eventuais outros documentos complementares à proposta e à habilitação, que venham a ser solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo máximo de **duas horas**.

4. PROPOSTA

4.1. O prazo de validade da proposta é de 60 (sessenta dias), a contar da data de abertura da sessão do pregão, estabelecida no preâmbulo desse edital.

4.2. Os licitantes deverão registrar suas propostas no sistema eletrônico, observando as diretrizes da Proposta Comercial, com a indicação completa do produto ofertado, incluindo marca, modelo, referências e demais dados técnicos, bem como com a indicação dos valores unitários e totais dos itens, englobando a tributação, os custos de entrega e quaisquer outras despesas incidentes para o cumprimento das obrigações assumidas.

4.3. Qualquer elemento que possa identificar o licitante importará na desclassificação da proposta, razão pela qual os licitantes não poderão encaminhar documentos com timbre ou logomarca da empresa, assinatura ou carimbo de sócios ou outra informação que possa levar a sua identificação, até que se encerre a etapa de lances.

5. DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá enviar os seguintes documentos, observando o procedimento disposto no item 3 deste Edital:

5.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal nº 4.358/2002;

5.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) registro comercial**, no caso de empresa individual;
- b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor**, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);**
- d) decreto de autorização**, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.1.3 REGULARIDADE FISCAL

- a) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal**, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- b) prova de regularidade quanto aos tributos e encargos sociais administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil – RFB e quanto à Dívida Ativa da União administrada pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN (Certidão Conjunta Negativa);**
- c) prova de regularidade com a Fazenda Estadual**, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Municipal**, relativa ao domicílio ou sede do licitante;
- e) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).**

f) Comprovante que a licitante não sofreu sanções das quais decorra como efeito restrição ao direito de participar em licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública (CEIS), disponível no site <https://certidoes.cgu.gov.br/> ..

g) Certidão negativa de falência, ou concordata, ou recuperação judicial, expedida pelo Ofício Judicial Distribuidor, da Comarca da sede do licitante, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias.

5.1.4 REGULARIDADE TRABALHISTA

a) prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

5.2. DOCUMENTOS PERTINENTES À QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

5.2.1. Atestado de capacidade técnica, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, referente ao cumprimento de objeto compatível ao ora licitado, **com emissão não superior a 01 (um) ano.**

6. ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

6.1. No dia e hora indicados no preâmbulo, o pregoeiro abrirá a sessão pública, mediante a utilização de sua chave e senha.

6.2. O licitante poderá participar da sessão pública na internet, mediante a utilização de sua chave de acesso e senha, e deverá acompanhar o andamento do certame e as operações realizadas no sistema eletrônico durante toda a sessão pública do pregão, ficando responsável pela perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão, conforme item 3.3.2 deste Edital.

6.3. A comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá mediante troca de mensagens em campo próprio do sistema eletrônico.

6.4. Iniciada a sessão, as propostas de preços contendo a descrição do objeto e do valor estarão disponíveis na *internet*.

7. CLASSIFICAÇÃO INICIAL DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. O pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará fundamentadamente aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos no edital.

7.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b) forem omissas em pontos essenciais;
- c) contiverem opções de preços ou marcas alternativas ou que apresentem preços manifestamente inexequíveis.

7.3. Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

7.4. As propostas classificadas serão ordenadas pelo sistema e o pregoeiro dará início à fase competitiva, oportunidade em que os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico.

7.5. Somente poderão participar da fase competitiva os autores das propostas classificadas.

7.5. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do seu autor, observando o horário fixado para duração da etapa competitiva, e as seguintes regras:

7.6.1 O licitante será imediatamente informado do recebimento do lance e do valor consignado no registro.

7.6.2. O licitante somente poderá oferecer valor inferior ao último lance por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.6.3. Não serão aceitos dois ou mais lances iguais e prevalecerá aquele que for recebido e registrado primeiro.

8. MODO DE DISPUTA

8.1. Será adotado o modo de disputa **aberto/fechado**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, observando as regras constantes no item 7.

8.2. A etapa competitiva, de envio de lances na sessão pública, durará dez minutos, improrrogáveis.

8.3. Encerrado o prazo do item 8.2, o sistema encaminhará o aviso de fechamento iminente dos lances e, transcorrido o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, a recepção de lances será automaticamente encerrada.

8.4. Encerrada a recepção dos lances, com o decurso do prazo do item 8.3, o sistema abrirá a oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os autores das ofertas com valores até dez por cento superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo.

8.5. Na ausência de, no mínimo, três ofertas nas condições de que trata o item 8.4, os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, poderão oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento do prazo.

8.6. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 8.4 e 8.5, o sistema ordenará os lances em ordem crescente de acordo com a melhor vantagem.

8.7. Na ausência de lance final e fechado classificado nos termos dos itens 8.4 e 8.5, haverá o reinício da etapa fechada para que os demais licitantes, até o máximo de três, na ordem de classificação, possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, que será sigiloso até o encerramento deste prazo, observado, após esta etapa, o disposto no item 8.6.

8.8. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance fechado que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa fechada, nos termos do disposto no item 8.7.

8.9. Na hipótese de o sistema eletrônico desconectar para o pregoeiro no decorrer da etapa de envio de lances da sessão pública e permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

8.10. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação do fato aos participantes, no sítio eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br .

9. CRITÉRIOS DE DESEMPATE

9.1. Encerrada etapa de envio de lances, será apurada a ocorrência de empate, nos termos dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as beneficiárias que tiverem apresentado a declaração, de que trata o item 3.2.2 deste Edital;

9.1.2. Entende-se como empate, para fins da Lei Complementar nº 123/2006, aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas beneficiárias sejam iguais ou superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

9.1.3. Ocorrendo o empate, na forma do subitem anterior, proceder-se-á da seguinte forma:

- a)** A beneficiária detentora da proposta de menor valor será convocada via sistema para apresentar, no prazo de 5 (cinco) minutos, nova proposta, inferior àquela considerada, até então, de menor preço, situação em que será declarada vencedora do certame.

b) Se a beneficiária, convocada na forma da alínea anterior, não apresentar nova proposta, inferior à de menor preço, será facultada, pela ordem de classificação, às demais microempresas, empresas de pequeno porte ou cooperativas remanescentes, que se enquadrarem na hipótese do item 9.1.2 deste edital, a apresentação de nova proposta, no prazo previsto na alínea a deste item.

9.1.4. O disposto no item 9.1 não se aplica às hipóteses em que a proposta de menor valor inicial tiver sido apresentada por beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006.

9.2. Se não houver licitante que atenda ao item 9.1 e seus subitens, serão observados os critérios do art. 3º, §2º, da Lei nº 8.666/1993.

9.3. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas empatadas, de acordo com o art. 45, § 2º, da Lei nº 8.666/1993.

10. NEGOCIAÇÃO E JULGAMENTO

10.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, inclusive com a realização do desempate, se for o caso, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta.

10.2. A resposta à contraproposta e o envio de documentos complementares, necessários ao julgamento da aceitabilidade da proposta, inclusive a sua adequação ao último lance ofertado, que sejam solicitados pelo pregoeiro, deverão ser encaminhados no prazo fixado no item 3.3 deste Edital.

10.3. Encerrada a etapa de negociação, será examinada a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação valor de referência da Administração.

10.4. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

11. VERIFICAÇÃO DA HABILITAÇÃO

11.1. Os documentos de habilitação, de que tratam os itens 5.1 e 5.2, enviados nos termos do item 3.1, serão examinados pelo pregoeiro, que verificará a autenticidade das certidões junto aos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores.

11.2. A beneficiária da Lei Complementar nº 123/2006, que tenha apresentado a declaração exigida no item 3.2.2 deste Edital e que possua alguma restrição na comprovação de regularidade fiscal e/ou trabalhista, terá sua habilitação condicionada ao envio de nova

documentação, que comprove a sua regularidade, em 5 (cinco) dias úteis, prazo que poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

11.3. Na hipótese de a proposta vencedora não for aceitável ou o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital.

11.4. Constatado o atendimento às exigências estabelecidas no edital, o licitante será declarado vencedor, oportunizando-se a manifestação da intenção de recurso.

12. RECURSO

12.1. Declarado o vencedor, ou proclamado o resultado sem que haja um vencedor, os licitantes poderão manifestar justificadamente a intenção de interposição de recurso, em campo próprio do sistema, sob pena de decadência do direito de recurso.

12.2. Havendo a manifestação do interesse em recorrer, será concedido o prazo de 03 (três) dias consecutivos para a interposição das razões do recurso, também via sistema, ficando os demais licitantes desde logo intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente.

12.3. Interposto o recurso, o pregoeiro poderá motivadamente reconsiderar ou manter a sua decisão, sendo que neste caso deverá remeter o recurso para o julgamento da autoridade competente.

12.4. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto e homologará o procedimento licitatório.

13.3. Na ausência de recurso, caberá ao pregoeiro adjudicar o objeto e encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação.

14. CONDIÇÕES DE CONTRATAÇÃO

14.1. Após a homologação, o adjudicatário será convocado para no prazo de 05 (cinco) dias, assinar o contrato no prazo estabelecido no edital.

14.2. Para a assinatura do contrato, no mesmo prazo do item 14.1, deverão ser comprovadas as condições de habilitação consignadas no edital, mediante a apresentação dos documentos originais ou cópias autenticadas.

14.3. As certidões referidas nos itens 5.1.3 e 5.1.4, que tenham sido expedidas em meio eletrônico, serão tidas como originais após terem a autenticidade de seus dados e certificação digital conferidos pela Administração, dispensando nova apresentação, exceto se vencido o prazo de validade.

14.4. O prazo de que trata o item 14.1 poderá ser prorrogado uma vez e pelo mesmo período, desde que seja requerido de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

14.5. Na hipótese de o vencedor da licitação se recusar a assinar o contrato, outro licitante será convocado, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções.

14.6. A não apresentação dos originais ou cópias autenticadas dos documentos de habilitação, no prazo do item 14.1, será equiparada a uma recusa injustificada à contratação.

15. PRAZOS

15.1. O prazo de entrega do(s) produto(s) não poderá ser superior a 10 (dez) dias contados a partir da emissão do(s) empenho(s), podendo ser prorrogado por igual período.

15.2. O prazo de validade da proposta não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados a partir da entrega da mesma.

16. EMPENHOS

16.1. O compromisso de fornecimento estará caracterizado após o recebimento da autorização de compras ou contrato.

16.2. A emissão do(s) empenho(s) será(ão) autorizada(s) pelo titular da Secretaria Municipal da Fazenda.

16.3. Na nota de empenho constará, **obrigatoriamente**, o número do processo licitatório que deu origem, o objeto do serviço, o(s) valor(es), local(ais) de entrega (quando não especificados no edital) e o prazo de entrega.

17. RECEBIMENTO DO OBJETO

17.3. O prazo de entrega integral dos produtos é de até 10 (dez) dias, a contar da emissão da ordem de fornecimento, podendo esse prazo ser prorrogado por igual período.

17.2. Os materiais deverão ser entregues no Almojarifado Central da Prefeitura, cito a Rua Osvaldo Cruz, nº 323, Bairro São Paulo, Tapejara, RS, conforme previsto no contrato, em horário de expediente, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min

17.3. Verificada a desconformidade de algum dos produtos, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 5 (cinco) dias, sujeitando-se às penalidades previstas neste edital.

17.4. O material a ser entregue deverá ser adequadamente acondicionado, de forma a permitir a completa preservação do mesmo e sua segurança durante o transporte.

17.5. A nota fiscal/fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com o seu objeto.

17.6. O recebimento do material, objetos desta licitação, será feito pelo fiscal do Contrato, que será designado posteriormente, que fará o recebimento nos termos do art. 73, inc. II, alíneas "a" e "b", da Lei nº 8.666/93, da seguinte forma:

- a) **provisoriamente**, no ato da entrega dos produtos, para efeito de posterior verificação da conformidade dos mesmos com o solicitado na licitação;
- b) **definitivamente**, após a verificação da qualidade, características e quantidades das mercadorias e consequente aceitação, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados após o recebimento provisório.

18. PENALIDADES

18.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até cinco anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição garantidos a ampla defesa, sem prejuízo das demais cominações legais e de multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor da contratação, a licitante que:

- a) não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b) deixar de entregar documentação exigida no Edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) não mantiver a proposta;
- e) falhar ou fraudar a execução do contrato;
- f) comportar-se de modo inidôneo;
- g) fizer declaração falsa;

h) cometer fraude fiscal.

18.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato o MUNICÍPIO poderá, garantida prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes penalidades:

I – Multa de mora de 2% (dois por cento) sobre o valor não adimplido do contrato por dia de atraso, limitado a 05 (cinco) dias, após o qual será considerada inexecução contratual.

II – Multa de 8% (oito por cento) sobre o valor não adimplido do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração deste município pelo prazo de um (01) ano.

III – Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração deste município pelo prazo de dois (02) anos.

IV – Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública no caso de má fé, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida após o licitante ressarcir a Administração por eventuais prejuízos causados.

§ 1º - Dentre outros, os seguintes motivos sujeitam a CONTRATADA às penalidades tratadas na condição prevista no *Caput*:

a) Recusa injustificada em receber a nota de empenho;

b) Atraso na entrega, em relação ao prazo proposto e aceito;

c) Pelo descumprimento dos preceitos estabelecidos no Edital e/ou no contrato;

d) Pela recusa em substituir o produto defeituoso, que vier a ser rejeitado no recebimento, caracterizada se a substituição não ocorrer no prazo de 05 (cinco) dias;

e) Pelo descumprimento de alguma das condições e dos prazos estabelecidos neste edital e em sua proposta;

§ 2º - Se o motivo ocorrer por comprovado impedimento ou de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pelo Município, a CONTRATADA ficará isenta das penalidades mencionadas.

§ 3º - A critério do Município, na ocorrência de multa, o valor poderá ser descontado dos valores a serem pagos.

18.3. A multa prevista nos itens anteriores não impede que o Município rescinda unilateralmente a autorização de compras e aplique as outras sanções previstas na lei.

18.4. A multa será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pelo Município ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

18.5. A suspensão temporária de contratar com a Administração Municipal ou declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública será aplicada nos casos de maior gravidade depois de exame por Comissão especialmente designada pela Prefeita Municipal.

18.6. As penalidades previstas não serão relevadas, salvo quando ficar comprovada a ocorrência de situações que se enquadrem no conceito jurídico de força maior ou caso fortuito.

18.7. Além das situações previstas acima, os preços registrados também poderão ser suspensos pelo prazo de 01 (um) ano, facultado a defesa prévia do interessado, nos seguintes casos:

18.7.1 – Pela Administração, quando:

- a) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados pelo mercado;
- b) por razões de interesse público, devidamente fundamentadas.

18.7.2 – Pelo fornecedor, quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório que deu origem ao contrato.

18.8. A comunicação do cancelamento ou da suspensão da autorização de compras, nos casos previstos nos itens acima será feita por correspondência com aviso de recebimento (AR), juntando-se comprovante aos autos que deram origem a autorização de compras.

18.9. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o lugar do fornecedor, a comunicação será feita por publicação na Imprensa Oficial do Município, considerando-se cancelado ou suspenso o preço registrado a partir da publicação.

19. DO PAGAMENTO

19.1. O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da nota fiscal ou documento equivalente de cobrança, após a entrega e conferência dos materiais.

19.2. Ao emitir a Nota Fiscal a fornecedora deverá observar a retenção do Imposto de Renda (IR) de acordo com o que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1234 de 2012, Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e do Decreto Municipal nº 5072 de 15 de julho de 2022.

19.3. Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IPCA.

19.4. Para efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar junto ao Setor de Empenhos da Secretaria Municipal de Fazenda do Município, localizada na Rua do Comércio Nº 1468, Centro, a nota fiscal e/ou fatura correspondente a mercadoria entregue ou serviço prestado de acordo com a respectiva autorização de compra, devendo ser emitida em nome do Município de Tapejara e contendo o número do Edital de Pregão Eletrônico nº 87/2023.

19.5. No caso de atraso de pagamento pela CONTRATANTE, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

19.6. Quando requerido pela administração Municipal, a CONTRATADA obriga-se a apresentar os documentos acima relacionados no formato original (no caso de não ser gerado na internet).

19.7. A falsificação de qualquer documento aqui listado ensejará o responsável em crime previsto na legislação.

20. PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

20.1. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório e os pedidos de impugnações poderão ser enviados a pregoeira, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, por meio do seguinte endereço eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br.

20.2. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e às impugnações serão igualmente divulgadas no www.portaldecompraspublicas.com.br.

21. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta do seguinte código, constante no orçamento programa para 2023:

155.06.01.12.122.0009.2033.3.3.3.90.30.000000.0020 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

60.03.01.04.122.0004.2012.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

104.05.01.20.122.0007.2021.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENV. RURAL E MEIO AMBIENTE.

574.11.01.15.452.0128.2112.3.3.3.90.30.000000.0001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE, TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO.

449.13.01.08.122.0013.2084.3.3.3.90.30.000000.0001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

29436.14.01.27.812.0113.2055.3.3.3.90.30.000000.0001 – SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE, CULTURA, LAZER E TURISMO.

391.09.01.10.301.0118.2076.3.3.3.90.30.000000.0040 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

84.04.01.04.123.0006.2019.3.3.3.90.30.000000.0001 – SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

299.07.01.16.122.0010.2062.3.3.3.90.30.000000.0001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

22. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

22.1. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, sobre o valor inicial atualizado do contratado.

22.2. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

22.3. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666/1993).

22.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Tapejara/RS para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

Tapejara, 29 de setembro de 2023.

Evanir Wolff
Prefeito Municipal de Tapejara

Este edital se encontra examinado e aprovado
por esta Assessoria Jurídica.

Em ____-____-____.

LEONARDO FRIGERI OAB/RS 111.697
Procurador Jurídico

- REFERENTE AO PE Nº 87/2023

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA:

Os materiais a serem adquiridos, devem seguir as especificações a seguir descritas:

Item	Descrição	Un	Quantidade Mínima Aceitável	Quantidade Máxima Aceitável
1	ABAFADOR DE RUÍDO	UN	01	86
2	AVENTAL DESCARTÁVEL pacote com no mínimo 10 unidades, manga longa, produzido em TNT, tamanho único, elástico nos punhos.	PCT	01	317
3	AVENTAL IMPERMEÁVEL para uso em cozinha, protetor do tronco, confeccionado em PVC ou couro sintético com forro. Tendo uma tira no pescoço e duas na cintura, bom acabamento nas laterais.	UN	01	70
4	AVENTAL PARA PROTEÇÃO, do tronco contra agente térmicos e nocivos(calor convectivo, calor de contato, pequenas chamas e respingos). Material de alta performance e acabamento, garantindo maior segurança e conforto ao usuário.	UN	01	70
5	BOTINA DE SEGURANÇA 36 ao 44, para trabalhos em eletricidade com elástico coberto, acolchoada, sem componentes metálicos, solado PU bidensidade com sistema de absorção de impactos, confeccionado em couro vaqueta, com forração em sintético, palmilha higiênica, cor preta, com CA.	PAR	01	305
6	BOTINA DE SEGURANÇA BRANCA TAM 36 ao 44, calçado ocupacional, tipo botina, confeccionada em couro, fechamento em elástico, palmilha de montagem em não tecido, solado preferencialmente em poliuretano monodensidade, sem biqueira, com CA.	PAR	01	35
7	BOTINA DE SEGURANÇA em couro de amarrar 3 gomos, com CA, sem bico de aço, confeccionada em couro curtido ao cromo, fechamento com cadarço, costurado, na cor preta, palmilha confortável, numeração do 36 ao 43.	PAR	01	30
8	CALÇA DE PROTEÇÃO BRANCA modelo unissex, fabricada em tecido profissional, reforçado, com costuras duplas, tamanhos de PP a XGG à escolha da secretaria.	UN	01	7
9	CAPACETE DE PROTEÇÃO injetável em uma única peça de polietileno de alta densidade não sendo condutor de corrente elétrica e com alta resistência dielétrica - classe b tipo aba frontal com aberturas nas laterais fendas para que seja acoplado protetor facial resistente à ação da água de alta resistência mecânica a impacto e perfuração provenientes da queda de objetos com carneira confeccionada em polietileno de baixa densidade e de alta resistência formado por fitas de nylon posicionadas de forma de cruz com quatro pontos de apoio com testeira absorvedora de suor com espuma multiperfurada em poliéster regulagem através do sistema tipo catraca para acessórios msa.	UN	01	50
10	CINTA CATRACA, para amarração de carga com aproximadamente 10 metros de comprimento com catraca e gancho tipo "J", com capacidade de carga de no mínimo 5000kg e largura da fita de aproximadamente 50mm.	UN	01	6
11	CINTA CATRACA, para amarração de carga com aproximadamente 5 metros de comprimento com catraca e gancho tipo "J" com capacidade de carga de no mínimo 2000kg e largura da fita de aproximadamente 50mm.	UN	01	6
12	CINTA PARA ELEVAÇÃO DE CARGA, para amarração de carga com aproximadamente 4 metros de comprimento com catraca e gancho tipo "J", com capacidade de carga de no mínimo 5000kg e largura da fita de aproximadamente 150mm.	UN	01	6
13	CINTA PARA ELEVAÇÃO DE CARGA, para amarração de carga com aproximadamente 6 metros de comprimento com catraca e gancho tipo "J", com capacidade de carga de no mínimo 5000kg e largura da fita de aproximadamente 150mm.	UN	01	6
14	CINTURÃO DE SEGURANÇA TIPO PARAQUEDISTA, CONTRA QUEDAS, COM REGULAGEM TOTAL Cinturão tipo paraquedista quatro pontos de conexão dorsal frontal posicionamento e umbilical cinturão abdominal integrado conexão dorsal uma argola de inclinada em aço inox conexão peitoral uma argola de inclinada em aço inox	UN	01	28

	conexão lateral duas argolas de inclinadas em aço inox conexão uma argola de inclinada em aço inox utilizada para a suspensão e sustentação espuma Eva localizada na região lombar e pernas confeccionado com material sintético poliéster costuras Zig Zag para proporcionar grande resistência fivelas duplas de aço inox para ajuste nas pernas suspensórios dorsal e cintura porta ferramentas nas laterais certificado para trabalho em altura na retenção de queda posicionamento e suspensão e sustentação.			
15	COLETE REFLETIVO de proteção e segurança de alta visibilidade, tipo colete, confeccionada preferencialmente em tecido sintético de poliéster, com fechamento em zíper. Possui faixas refletivas na área do tórax e costas. Fluorescente e refletivo em laranja e/ou amarelo, tamanhos do PP ao XGG, à escolha da secretaria.	UN	01	60
16	GANCHO PARA SERPENTES, MATERIAL: ALUMÍNIO E BORRACHA, PESO MÉDIO 400g, DIMENSÕES APROXIMADAS: 110cm, CONFECCIONADO EM ALUMIONIO LEVE E RESISTENTE, PONTA CURVADA, MANOPLA EM BORRACHA ANTIDERRAPANTE PARA O MANUSEIO DE SERPENTES	UN	01	1
17	JALECO DE PROTEÇÃO , modelo unissex, fabricada em tecido profissional, reforçado, com costuras duplas, tamanhos de PP a XGG à escolha da secretaria, manga longa, curto, disponíveis nas cores branco, azul ou verde, estilo padrão, com no mínimo um bolso.	UN	01	4
18	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 6,5 EMBALADA EM PAR. ESTERILIZADA A ETO BAIXO TEOR DE PROTEÍNA ESPESSURA: 0,17 MM COMPRIMENTO: 280MM MATÉRIA PRIMA: PURO LÁTEX NATURAL PADRÃO NACIONAL, CONFORME NBR 13391 DA ABNT. LUBRIFICADOS COM FINÍSSIMO PÓ BIO-ABSORVÍVEL PUNHO REFORÇADO, PROCEDÊNCIA NACIONAL. COM PUNHO LONGO, ANTIDERRAPANTES.	PR	01	7.500
19	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,0 EMBALADA EM PAR. ESTERILIZADA A ETO BAIXO TEOR DE PROTEÍNA ESPESSURA: 0,17 MM COMPRIMENTO: 280MM MATÉRIA PRIMA: PURO LÁTEX NATURAL, CONFORME NBR 13391 DA ABNT. LUBRIFICADOS COM FINÍSSIMO PÓ BIO-ABSORVÍVEL PUNHO REFORÇADO E LONGO, ANTIDERRAPANTES.	PR	01	5.000
20	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 7,5 EMBALADA EM PAR. ESTERILIZADA A ETO ESPESSURA: 0,17 MM COMPRIMENTO: 280MM MATÉRIA PRIMA: PURO LÁTEX NATURAL, CONFORME NBR 13391 DA ABNT. LUBRIFICADOS COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL E INERTE PUNHO REFORÇADO E LONGO ANTIDERRAPANTES .	PR	01	5.000
21	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8,0 EMBALADA EM PAR. ESTERILIZADA A ETO ESPESSURA: 0,17 MM COMPRIMENTO: 280MM MATÉRIA PRIMA: PURO LÁTEX NATURAL, CONFORME NBR 13391 DA ABNT. LUBRIFICADOS COM PÓ BIO-ABSORVÍVEL E INERTE PUNHO REFORÇADO E LONGO ANTIDERRAPANTES.	PR	01	5.000
22	LUVA CIRÚRGICA ESTÉRIL Nº 8,5 TAMANHOS: Espessura: 0,17 mm; Comprimento: 280mm. CARACTERÍSTICAS: Esterilizada a ETO; Baixo Teor de Proteína; Embalada em par. MATÉRIA PRIMA: Puro látex natural, conforme NBR 13391 da ABNT. Lubrificados com finíssimo pó bio-absorvível, Punho reforçado e longo, antiderrapantes.	PR	01	2.500
23	LUVA DE COURO VAQUETA, modelo 5 dedos, de segurança confeccionado em vaqueta petroleira na palma, dorso em raspa, reforço entre o polegar e o indicador, elástico para ajuste no dorso, com CA, tamanhos de P ao XG	PAR	01	170
24	LUVA DE PROTEÇÃO PU TAMANHO P AO GG, luva produzida preferencialmente em poliamida com revestimento em PU(poliuretano), deve possuir CA, na cor preta, dorso respirável, boa resistência ao desgaste.	PAR	01	405
25	LUVA DE SEGURANÇA PIGMENTADA TAM P AO GG, de segurança tricotada em algodão e/ou poliéster preto ou branco, sem costura, antiderrapante na palma, punho com elastano.	PAR	01	285
26	LUVA GLADIADOR REFORÇADA TAM P AO GG, confeccionada em fios de algodão, vulcanizado de látex reforçado na palma e nos dedos com resistência térmica de até 250°C. deve possuir alta aderência em trabalhos com umidade, reforço entre o polegar e o indicador para maior resistência em movimentos de pinçamento, e dorso ventilado para melhor conforto térmico. Com revestimento de borracha e fechamento no punho.	PAR		320
27	LUVA LATEX AMARELA CANO LONGO, palma antiderrapante com	PAR	01	95

	CA, tamanhos do PP ao GG.			
28	LUVA LÁTEX C/ PÓ TAM G CAIXA COM 100UN PARA PROCEDIMENTO, NÃO ESTÉRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL E POR PROCEDIMENTO AMBULATORIAL. COMPOSIÇÃO: LÁTEX NATURAL. LEVEMENTE TALCADA COM PÓ ABSORVÍVEL. ANATÔMICA, AMBIDESTRAS. COM PUNHOS LONGOS, COM BAINHA. ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTÊNCIA. ISENTA DE QUALQUER DEFEITO. APROVADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. ATENDE ÀS EXIGÊNCIAS DA RDC Nº 05 DE 05/02/08.	CX	0101	600
29	LUVA LÁTEX C/ PÓ TAM M CAIXA COM 100UN PARA PROCEDIMENTO, NÃO ESTÉRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL E POR PROCEDIMENTO AMBULATORIAL. COMPOSIÇÃO: LÁTEX NATURAL. LEVEMENTE TALCADA COM PÓ ABSORVÍVEL. ANATÔMICA, AMBIDESTRAS. COM PUNHOS LONGOS, COM BAINHA. ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTÊNCIA. ISENTA DE QUALQUER DEFEITO. APROVADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. ATENDE ÀS EXIGÊNCIAS DA RDC Nº 05 DE 05/02/08.	CX	01	1.100
30	LUVA LÁTEX C/ PÓ TAM P CAIXA COM 100UN PARA PROCEDIMENTO, NÃO ESTÉRIL, USO ÚNICO, INDIVIDUAL E POR PROCEDIMENTO AMBULATORIAL. COMPOSIÇÃO: LÁTEX NATURAL. LEVEMENTE TALCADA COM PÓ ABSORVÍVEL. ANATÔMICA, AMBIDESTRAS. COM PUNHOS LONGOS, COM BAINHA. ALTA SENSIBILIDADE TÁTIL, BOA ELASTICIDADE E RESISTÊNCIA. ISENTA DE QUALQUER DEFEITO. APROVADO PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE. ATENDE ÀS EXIGÊNCIAS DA RDC Nº 05 DE 05/02/08.	CX	01	1.300
31	LUVA LÁTEX C/PÓ TAM PP MATERIAL: LÁTEX DE BORRACHA 100% NATURAL. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: ATÓXICA, NÃO ESTÉRIL, AMBIDESTRA, APIROGÊNICA, DESCARTÁVEL, DE USO ÚNICO, COM PÓ BIOABSORVÍVEL (AMIDO DE MILHO), ESPESSURA 0,08MM (MÍNIMO). COR: NATURAL. CAIXA C/ 100 UNIDADES	CX	01	350
32	LUVA MULTIUSO AMARELA G Látex 100% natural. Forro 100% de algodão para absorver a transpiração. Bordas ajustadas que aumentam a proteção, evitando a entrada de água. TAM G.	PAR	01	665
33	LUVA MULTIUSO AMARELA M Látex 100% natural, Forro 100% de algodão para absorver a transpiração, Bordas ajustadas que aumentam a proteção, evitando a entrada de água. TAM M.	PAR	01	865
34	LUVA MULTIUSO AMARELA P Látex 100% natural. Forro 100% de algodão para absorver a transpiração. Bordas ajustadas que aumentam a proteção, evitando a entrada de água. TAM P.	PAR	01	465
35	LUVA NITRILICA DESCARTÁVEL P-10 - TAM G, CAIXA COM 100 UN PARA PROCEDIMENTOS AMBULATORIAL. NÃO ESTÉRIL, SEMI TEXTURIZADAS, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICA E APIROGÊNICA, AMBIDESTRA, COM C.A (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO), COR AZUL.	CX	01	552
36	LUVA NITRILICA DESCARTÁVEL P-10 - TAM M CAIXA COM 100 UN PARA PROCEDIMENTOS AMBULATORIAL. NÃO ESTÉRIL, SEMI TEXTURIZADAS, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICA E APIROGÊNICA, AMBIDESTRA, COM C.A (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO), COR AZUL.	CX	01	551
37	LUVA NITRILICA DESCARTÁVEL P-10 - TAM P CAIXA COM 100 UN PARA PROCEDIMENTOS AMBULATORIAL. NÃO ESTÉRIL, SEMI TEXTURIZADAS, LIVRE DE LÁTEX, ATÓXICA E APIROGÊNICA, AMBIDESTRA, COM C.A (CERTIFICADO DE APROVAÇÃO), COR AZUL.	CX	01	550
38	ÓCULOS DE PROTEÇÃO ESCURO Óculos de segurança com haste flexível ponte nasal lente em policarbonato que ofereça 180 graus de visão sem distorção antiembaçante com proteção em torno de 99% para UV lente escura preto ou fumê com estojo e polipropileno revestido internamente medindo aproximadamente a largura de 70 mm comprimentos 160 mm e altura de 62 mm	PAR	01	75
39	ÓCULOS DE PROTEÇÃO TRANSPARENTE Óculos de segurança com haste flexível fonte nasal lente em policarbonato que oferece 180 graus de visão sem distorção anti em bastante com proteção em torno de 99% para o vento lente transparente.	UN	01	65
40	PERNEIRA DE SEGURANÇA fechada, tamanho único, produzida em	PAR	01	8

	material sintético, reforçada, para proteção contra picada de cobra e/ou outros animais.			
41	PINÇÃO DE RÉPTEIS E SERPENTES, TAMANHO APROXIMADO DE 120cm, CONFECCIONADO EM ALUMÍNIO COM PUNHO TIPO GATILHO E PINÇA TIPO JACARÉ	UN	01	2
42	PROTETOR AURICULAR Composto de um eixo com três flanges de dimensões variáveis, para diversos tamanhos de canal auditivo, fabricado em silicone na cor laranja, comprimento único com cordão de algodão.	UN	01	108
43	SAPATILHA PARA O PÉ DESCARTÁVEL TNT com fechamento em elástico, pacote com 100 unidades.	PCT	01	52
44	TALABARTE Y TUBULAR COM ABSORÇÃO DE ENERGIA , CONECTOR DE 55mm Talabarte de posicionamento em corda altamente resistente mínimo de 12 mm proteção em tecido sintático de no mínimo 70 cm com dispositivo de ajuste usado no cinturão de segurança tipo paraquedista talabarte deve ser conjunto no ca com cinto paraquedista	UN	01	15
45	TOUCA DE TNT DESCARTÁVEL com fechamento em elástico, pacote com 100 unidades.	PCT	01	201
46	TOUCA NINJA BRANCA Capuz de segurança confeccionado em poliéster e/ou viscose, modelo touca ninja que possui fechamento até do pescoço. Ela é uma bala clava feita com um material super leve e que não amassa com facilidade, confortável e não atrapalha a respiração.	UN	01	5

1- Local de Entrega do Material: Os materiais solicitados deverão ser entregues no Almoarifado Central da Prefeitura, cito a Rua Osvaldo Cruz, nº 323, Bairro São Paulo, Tapejara, RS, conforme previsto no contrato, em horário de expediente, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, onde será conferido e assinado o recebimento pelo fiscal do contrato.

2- Prazo de Entrega: Até 10 dias a contar da solicitação feita pelo setor competente.

3- Todas as despesas com a entrega, incluindo frete, impostos, taxas, pedágios, etc. Serão por conta única e exclusiva do fornecedor.

4- Serão designados os seguintes servidores para serem os Fiscais do Contrato:

a) Servidor Carlos Silva, inscrito no CPF nº 730.570.450-49, pertencente à Secretaria Municipal de Educação.

b) Servidora Viviane Maria Biasi, inscrita no CPF nº 743.599.160-00, pertencente à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.

c) Servidora Vanessa Piroli, inscrita no CPF nº 998.713.860-87, pertencente a Secretaria Municipal da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.

d) Servidor Genézio Chaves, inscrito no CPF nº 040.061.520-78, pertencente a Secretaria Municipal de Cidade, Trânsito e Desenvolvimento Urbano.

e) Servidora Albina Capeletti, inscrita no CPF nº 022.466.819-, pertencente a Secretaria Municipal de Assistência Social.

f) Servidor Claudio Girardi, inscrito no CPF nº 613.534.770-53, pertencente à

Secretaria Municipal do Esporte, Cultura, Lazer e Turismo.

g) Servidor Raul Rógers Klein da Costa, inscrito no CPF nº 837.290.030-20, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde.

h) Servidor Darcilo Adair Fracaro, inscrito no CPF nº 336.094.380-53, pertencente a Secretaria Municipal de Habitação.

i) Servidor Alcir Antônio Bianchi, inscrito no CPF nº 454.080.090-68, pertencente a Secretaria Municipal da Fazenda.

**ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE IDONEIDADE E DE CUMPRIMENTO AO
DISPOSTO NO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL;**

DECLARAÇÃO

Ref. Ao Pregão Eletrônico nº 87/2023

_____, inscrito no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a). _____, portador (a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, **DECLARA:**

a) que sua empresa não foi considerada **inidônea** para licitar ou contratar com a Administração Pública, nos termos do inciso IV, do artigo 87 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores, bem como em cumprimento ao que dispõe o parágrafo 2º do artigo 32 da referida lei. Declaro também, que comunicarei qualquer fato superveniente à entrega dos documentos de habilitação, de acordo com as exigências do procedimento licitatório em epígrafe;

b) o cumprimento ao disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal (proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 anos e de qualquer trabalho a menores de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos).

Local e data: _____

Assinatura do Responsável
CARIMBO COM CNPJ DA EMPRESA

ANEXO III – DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO

A empresa _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu responsável (contador ou técnico contábil) _____, CPF nº _____, declara, para fins de participação na licitação de Pregão Eletrônico nº 87/2023, que:

() é considerada microempresa, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06;

() é considerada empresa de pequeno porte, conforme inciso II do artigo 3º da Lei Complementar n.º 123/06;

() é cooperativa, tendo auferido no calendário anterior, receita bruta até o limite de R\$ 4.800.000,00 (tendo assim, direito aos benefícios previstos no Capítulo V da Lei Complementar n.º 123/06)

Declara que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/06.

Local e data: _____

Nome do profissional contábil:

Nº de seu registro junto ao CRC:

CARIMBO COM CNPJ DA EMPRESA

ANEXO IV – MINUTA DO CONTRATO

Pelo presente termo de contrato, de um lado o Município de Tapejara, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 87.615.449/0001-42, com sede na Rua do Comércio, nº 1468, neste ato representado neste ato representado por seu Secretário Municipal de Administração e Planejamento **Sr. Jocemir Sidnei Bergamin**, brasileiro, casado, portador da Carteira de Identidade nº 2062960535, CPF nº 834.912.360-53, residente e domiciliado na Rua Osório da Silveira, nº 834, centro, nesta cidade, **designado pelo Decreto nº 5.096 de 19 de setembro de 2022**, doravante denominado CONTRATANTE e, de outro lado, a empresa....., inscrita no CNPJ nº....., com sede na....., nº....., bairro....., na cidade de....., neste ato representada pelo Sr., brasileiro, casado, (profissão), portador da carteira de identidade nº....., CPF nº....., residente e domiciliado na rua....., nº....., bairro....., na cidade de....., doravante denominada CONTRATADA, com base na licitação modalidade Pregão Eletrônico nº 87/2023, na Lei nº 8.666/93, assim como em conformidade com as condições do edital referido, e termos da proposta, firmam o presente contrato, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de (quantidade), de:

(descrição do objeto).

Cláusula Segunda - DO PRAZO, FORMA E LOCAL DO FORNECIMENTO

O prazo para o fornecimento do (descrição do objeto) será de até 10 dias após a emissão da ordem de fornecimento, e deverá ser a entregue no Almoxarifado da Prefeitura, cito a Rua Osvaldo Cruz, nº 323, Bairro São Paulo, Tapejara, RS, conforme previsto no contrato, em horário de expediente, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min as 17h00min, onde serão conferidos e assinado o recebimento pelo fiscal do contrato que será designado posteriormente.

Cláusula Terceira - DO PREÇO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA pelo fornecimento de que trata o presente contrato, a importância de R\$......

Cláusula Quarta - DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado, em até 30 (trinta) dias, a contar da apresentação da nota fiscal ou documento equivalente de cobrança, após a entrega e conferência dos materiais.

Ao emitir a Nota Fiscal a fornecedora deverá observar a retenção do Imposto de Renda (IR) de acordo com o que dispõe a Instrução Normativa RFB nº 1234 de 2012, Lei nº 9.430 de 27 de dezembro de 1996 e do Decreto Municipal nº 5072 de 15 de julho de 2022.

Pelos débitos pagos em atraso, a Administração responderá perante a contratada pelo que deu causa, sendo que o critério de atualização monetária terá por base o IPCA.

Para efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar junto ao Setor de Empenhos da Secretaria Municipal de Fazenda do Município, localizada na Rua do Comércio Nº 1468, Centro, a nota fiscal e/ou fatura correspondente a mercadoria entregue ou serviço prestado de acordo com a respectiva autorização de compra, devendo ser emitida em nome do Município de Tapejara e contendo o número do Edital de Pregão Eletrônico nº 87/2023.

No caso de atraso de pagamento pela CONTRATANTE, para fins de atualização monetária, remuneração do capital e compensação da mora, haverá a incidência uma única vez, até o efetivo pagamento, dos índices oficiais de remuneração básica e juros aplicados à caderneta de poupança.

Cláusula Quinta - DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

Os valores do presente contrato, não pagos na data aprezada deverão ser corrigidos desde então até a data do efetivo pagamento, pelo índice IPCA, calculado prórata mês.

Cláusula Sexta - DO RECURSO FINANCEIRO

As despesas do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

155.06.01.12.122.0009.2033.3.3.3.90.30.000000.0020 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO.

60.03.01.04.122.0004.2012.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO.

104.05.01.20.122.0007.2021.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA, DESENV. RURAL E MEIO AMBIENTE.

574.11.01.15.452.0128.2112.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CIDADE, TRÂNSITO E DESENVOLVIMENTO URBANO.

449.13.01.08.122.0013.2084.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

29436.14.01.27.812.0113.2055.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DO ESPORTE, CULTURA, LAZER E TURISMO.

391.09.01.10.301.0118.2076.3.3.3.90.30.000000.0040 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

84.04.01.04.123.0006.2019.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA.

299.07.01.16.122.0010.2062.3.3.3.90.30.000000.0001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO.

Cláusula Sétima - DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

1 - Dos direitos

Constituem direitos do CONTRATANTE receber o objeto deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

2 - Das obrigações

Constituem obrigações do CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado; e
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato.

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) A licitante vencedora ficará obrigada a fornecer os materiais, objeto deste Edital, de acordo com as especificações exigidas, na forma, nos locais, prazos e preços estipulados na sua proposta e na autorização.
- b) A licitante deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório que precedeu à celebração do contrato.

- c) A empresa deverá arcar com todos os encargos de sua atividade, sejam eles trabalhistas, sociais, previdenciárias, fiscais ou comerciais.

Cláusula Oitava - DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

A CONTRATADA sujeita-se às seguintes penalidades:

- a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- c) o valor estimado da contratação;
- d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 15 (quinze) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
- f) inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- g) inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.

Cláusula Nona - DA RESCISÃO

Este contrato poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral do CONTRATANTE, nas hipóteses dos incisos I a XII, XVII e XVIII, do art. 78, da Lei nº 8.666/93;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzido a termo no processo de licitação, desde que conveniente para o CONTRATANTE;
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

A rescisão de que trata a alínea 'a' desta cláusula, acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas neste contrato:

- a) execução da garantia contratual, para ressarcimento do CONTRATANTE e dos valores das multas e indenizações a ele devidos;
- b) retenção dos créditos do contrato, se existentes, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE.

Cláusula Décima – DA INEXECUÇÃO DO CONTRATO

A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE no caso de inexecução total ou parcial do contrato que venham a ensejar a sua rescisão, conforme art. 77, da Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Primeira - DA VINCULAÇÃO

O presente contrato está vinculado ao edital de Pregão Eletrônico 87/2023, à proposta do vencedor e à Lei nº 8.666/93.

Cláusula Décima Segunda - DAS OMISSÕES

Este contrato rege-se pela Lei nº 8.666/93, inclusive em suas omissões.

Cláusula Décima Terceira - DA GARANTIA DO MATERIAL

O objeto do presente contrato tem garantia de xx (xxx) dias quanto a vícios ocultos ou defeitos da coisa, ficando a CONTRATADA responsável por todos os encargos decorrentes disso.

Cláusula Décima Quarta - DO RECEBIMENTO DO OBJETO

O objeto do presente contrato será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação; e
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

Cláusula Décima Quinta - DA VIGÊNCIA

O presente contrato entra em vigor na data de sua assinatura e se encerra com a entrega total dos materiais previstos por este, ou em 12 (doze) meses, vinculado ao edital e condições de entrega e validade do Pregão Eletrônico 87/2023.

Cláusula Décima Sexta - DO FORO E DO FISCAL DO CONTRATO:

As partes elegem o foro da Comarca de Tapejara para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato.

Serão designados os seguintes servidores para serem os Fiscais do Contrato:

- a)** Servidor Carlos Silva, inscrito no CPF nº 730.570.450-49, pertencente à Secretaria Municipal de Educação.
- b)** Servidora Viviane Maria Biasi, inscrita no CPF nº 743.599.160-00, pertencente à Secretaria Municipal de Administração e Planejamento.
- c)** Servidora Vanessa Piroli, inscrita no CPF nº 998.713.860-87, pertencente a Secretaria Municipal da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente.
- d)** Servidor Genézio Chaves, inscrito no CPF nº 040.061.520-78, pertencente a Secretaria Municipal de Cidade, Trânsito e Desenvolvimento Urbano.
- e)** Servidora Albina Capeletti, inscrita no CPF nº 022.466.819-, pertencente a Secretaria Municipal de Assistência Social.
- f)** Servidor Claudio Girardi, inscrito no CPF nº 613.534.770-53, pertencente à Secretaria Municipal do Esporte, Cultura, Lazer e Turismo.
- g)** Servidor Raul Rógers Klein da Costa, inscrito no CPF nº 837.290.030-20, pertencente à Secretaria Municipal de Saúde.
- h)** Servidor Darcilo Adair Fracaro, inscrito no CPF nº 336.094.380-53, pertencente a Secretaria Municipal de Habitação.
- i)** Servidor Alcir Antônio Bianchi, inscrito no CPF nº 454.080.090-68, pertencente a Secretaria Municipal da Fazenda.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento em 3 vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas instrumentais, abaixo firmadas.

Tapejara, ____/____/____

JOCEMIR S. BERGAMIN
Município de Tapejara
Contratante

EMPRESA

Fiscal do Contrato

Testemunhas:

Nome:

CPF:

Nome:

CPF: